

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

JOHN ARMITAGE

(1807-1856)

O Clássico livro com que John Armitage vinculou seu nome à historiografia brasileira tem uma história e, como se não bastasse, oferece uma série de singularidades. É a **História do Brasil** de duração mais limitada de quantas foram publicadas, pois abrange apenas, como vem indicado na página de rosto, o espaço da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, o que significa um período de pouco mais de vinte anos, dos quais uma boa parte vivida pelo próprio autor no Brasil. Seria o caso de dizer-se, em face desta contemporaneidade do autor e dos fatos relatados, que o livro é mais um depoimento que uma história propriamente dita. Mas o autor quis afirmar sua autenticidade declarando, ainda na mesma página de rosto, que fora “compiled from State Documents and other Original Sources”, e, mais ainda, pretendendo que ela fosse uma continuação da grande obra de seu compatriota Robert Southey, publicada havia alguns anos antes e abrangendo apenas a fase anterior à transmigração da Família Real. Muitos críticos viram nesta declaração uma pretensão excessiva do autor, dado o valor cada vez mais reconhecido de Southey e a influência que sua **History of Brazil** exerceu sobre a historiografia nacional. Não nos parece justa a acusação, pois Armitage não equiparava seu livro ao do seu compatriota. A **continuação** a que aludia era apenas um problema de seqüência cronológica, e quanto a isto não há o que duvidar.

A obra de Armitage apareceu em Londres, em 1836, editada em dois volumes, por Smith, Elder and Company, “livreiros de Suas Majestades”. O primeiro volume constava de XV+371 págs. e uma ilustração com o retrato de Evaristo da Veiga, e o segundo volume, de VIII+297 págs. e retrato de José Bonifácio. No ano seguinte, 1837,

aparecia no Rio de Janeiro, impressa na Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Cia., a tradução em língua portuguesa, assinada apenas “por Hum Brasileiro”. A obra vinha reunida num só volume, com as duas gravuras da edição original e mais os retratos de D. Pedro I e de Bernardo de Vasconcelos, acrescentados pelo tradutor. Todavia, enquanto acrescentava dois retratos, o tradutor retirava da edição todos os documentos constantes de original.

Ao contrário de numerosas outras **histórias do Brasil** aparecidas pela época e das quais hoje ninguém mais se lembra, a de Armitage resistiu ao tempo e tornou-se fonte obrigatória e indispensável para o estudo do período de que trata, sempre citada e, podemos até afirmar sem receio de exagero, cada vez mais valorizada. É claro que não é por acaso que tal acontece. Embora seu autor não fosse um literato à feição de Robert Southey, antes fosse um comerciante, procurou senhorear-se de toda a documentação e de toda a informação que lhe parecesse útil para a elaboração de um livro correto e, sobretudo, imparcial. Todos os que têm apreciado a obra de Armitage, ao longo de mais de um século, podem fazer, como é natural, restrições a determinados pontos, mas nenhum deixa de reconhecer a seriedade com que trabalhou e o atributo de imparcialidade de seu livro, mesmo nos capítulos em que narra acontecimentos que presenciou. Tudo isso lhe dá um alto valor e um lugar de destaque na bibliografia histórica brasileira. Prova-o a quantidade de edições a que tem feito jús, nada menos que sete, o que, realmente é deveras surpreendente.

Quase oitenta anos decorreram entre a primeira e a segunda edição da obra de Armitage, a ponto de Eugênio Egas, responsável pela reedição de 1914, poder afirmar que se tratava de obra “quase desconhecida dos brasileiros”, acrescentando ainda: “Entretanto, não há quem se dedique ao estudo da história pátria que não a deseje ler, tão grande é o seu prestígio”. Confessa que durante muito tempo, em que dela precisou para os seus estudos, não conseguiu obtê-la, e cita depoimentos de livreiros que só de nome a conheciam. E quando a obteve por empréstimo, decidiu-se a reeditá-la tal a profunda impressão que sua leitura lhe causou: “Pareceu-me que o autor era um desses finos cavalheiros ingleses, sempre voltados para a verdade, ciosos de que a imparcialidade de sua narrativa fosse absoluta”. Magistrais pareceram

a Eugênio Egas os retratos rápidos mas seguros que o autor faz dos vultos grandiosos da época por ele descrita.

Com tal entusiasmo, não é difícil imaginar a sofreguidão com que tratou de promover a reedição do livro, pondo novamente ao alcance dos leitores obra que julgava, e de fato era, tão valiosa. Sua edição foi publicada em 1914, embora não conste indicação alguma de data e de editor. Compreendia um volume de 320 páginas e apenas com as gravuras originais (Evaristo da Veiga e José Bonifácio) e ainda os documentos que haviam sido excluídos da edição de 1837.

Mais trinta anos tivemos que esperar por uma nova edição de Armitage. Devemo-la à Editora Zélio Valverde, do Rio de Janeiro, que a publicou em 1943, numa coleção de estudos brasileiros (sem título), que nos deu algumas obras valiosas da bibliografia brasileira, como as **Memórias** do célebre Padre Perereca (Luís Gonçalves dos Santos), a **Viagem ao interior do Brasil**, do inglês John Mawe e o belo estudo de Augusto de Lima Júnior sobre a **Capitania das Minas Gerais**. O novo Armitage reproduzia as notas de Eugênio Egas, bem como todos os documentos e vinha, ainda, enriquecida com notas do promotor da edição, Garcia Júnior.

Lembramos, há pouco, que a obra de Armitage fez jús, até agora, a sete edições no Brasil, o que nos parece deveras significativo. Tivemos o privilégio de preparar a sexta edição, lançada em 1977 pelas Edições Melhoramentos, para a qual elaboramos extensa introdução (em boa parte aproveitada para esta nota) e contamos com a colaboração de dois excelentes historiadores do Departamento de História da Universidade de São Paulo, Maria Thereza Schorer Petrone e Brasil Bandecchi (infelizmente já falecido), os quais enriqueceram a edição com eruditas e pertinentes anotações.

Afirmamos, de início, que a **História do Brasil** de Armitage tem uma história com pontos ainda não de todo solucionados, para alguns autores. Tais questões são de duas naturezas: a autoria do livro e a sua tradução.

Houve, de fato, quem levantasse dúvidas até quanto à própria existência de João Armitage, que não passaria de um pseudônimo de Evaristo da Veiga, no caso o verdadeiro autor do livro. Ou, na melhor das hipóteses, João Armitage seria o tradutor para a língua inglesa e o

responsável pela edição londrina. Parecia estranho que um estrangeiro, e ainda mais um comerciante, fosse capaz de, vivendo tão pouco tempo no Brasil, conhecer tão bem nossas coisas e produzir uma obra tão rica em informações, como a do autor inglês. E isto, apesar de, já em 1837, portanto no mesmo ano da primeira edição brasileira, o Cônego Januário da Cunha Barbosa haver registrado pelo “Correio Oficial”, o aparecimento do livro, fazendo justiça aos méritos do “**novel historiador**”, a quem se tributavam “qualidades de escritor probo e imparcialíssimo”. E pouco depois, em 1842, Gonçalves de Magalhães, pelo “Jornal de Comércio”, não regateava aplausos ao escritor inglês que, em seu livro, havia sabido ser imparcial sem ser indiferente, e o recomendava pela sua “exposição fácil, inteligência dos fatos e crítica segura”.

As dúvidas, entretanto, persistiram pelo menos até 1860, quando o Brigadeiro Machado de Oliveira, respondendo a uma consulta do Barão Homem de Melo sobre “que grau de veracidade há na crença geralmente aceita de que a **História do Brasil** de João Armitage é escrita por Evaristo Ferreira da Veiga, como ordinariamente se afirma”, expende deversas considerações acerca de seus primeiros encontros com o autor inglês e que o levaram a não aceitar o que então se afirmava: “Ouso afirmar que é infundada a crença admitida geralmente” (da suposta autoria de Evaristo).

Pela mesma época, o sr. Luís Francisco da Veiga oferecia ao Instituto Histórico Brasileiro diversos papéis pertencentes a Evaristo da Veiga, e entre eles uma carta de Armitage, datada de Boulogne-sur-Mer, a 21 de setembro de 1836, enviando a Evaristo um exemplar de seu livro: “Mando-lhe esta junto com um exemplar da minha **História do Brasil**. Segundo os conselhos do livreiro inseri somente duas estampas, mas o Sr. verá que uma foi a sua como deveras era necessário visto que o Sr. é o meu herói do segundo tomo”. E referia-se, a seguir, à qualidade das estampas, à sua permanência em Paris e à próxima partida para a Índia, onde havia constituído uma empresa comercial muito vantajosa. E rematava afirmando que certamente não se encontrariam mais neste mundo, mas que, enquanto vivo, Evaristo poderia ter nele um amigo sincero.

Mas, afinal, quem seria Armitage? Eugênio Egas, no prefácio à edição de 1914, reporta-se às dúvidas apontadas, inclusive com

relação à existência real do autor inglês e resolveu dirimir de vez a questão, escrevendo a um jornal londrino, que se dedicava a consultas sobre assuntos literários. Após alguma demora e diversas indagações (o que vem demonstrar que o problema não era tão fácil) o jornal estampou a informação solicitada, que Eugênio Egas reproduz e nós, aqui, também a transcrevemos:

“O Sr. João Armitage morreu em sua residência em Manchester, no dia 17 de abril de 1856, com 48 anos de idade. Era filho de Cyrus Armitage e nasceu em Failsworth, a 27 de setembro de 1807, o logo depois de completar seus 21 anos, empregou-se na casa de Phillips, Wood & Cia., e foi por ela enviado para a sua filial no Rio de Janeiro. Durante sua permanência nesta cidade escreveu a sua **História do Brasil, de 1808 a 1831**, que fez publicar em Londres. Depois do seu regresso à Inglaterra, partiu em 1836 para Ceilão, onde era negociante e membro do Conselho Legislativo. O clima de Ceilão, entretanto, estragou-lhe a saúde e em 30 de agosto de 1855 embarcou para a Inglaterra. Antes de seu embarque, recebeu em Ceilão significativa manifestação de apreço, acompanhada da oferta de um baixela de prata, sendo que foi vibrante o discurso pronunciado por ocasião dessa solenidade. De volta à Pátria, estabeleceu-se em Manchester, onde faleceu. Os seus restos mortais descansam no cemitério da Igreja Velha de Dukinfield”.

Dirimida a dúvida quanto à autoria, resta a segunda indagação: a tradução. A edição de 1837 vinha assinada simplesmente por “Hum Brasileiro”. Quem seria? As primeiras suspeitas recaíram sobre Evaristo da Veiga. O Brigadeiro Machado de Oliveira, na já citada carta ao Barão Homem de Melo, de 1860, afirma categoricamente ser Evaristo o tradutor. Pela mesma hipótese inclinou-se Varnhagen, em sua monografia sobre a Independência, que é de 1871. Todavia, vinte anos depois de Machado de Oliveira e dez depois de Varnhagen, no monumental **Catálogo da Exposição de História do Brasil**, realizada pela Biblioteca Nacional em dezembro de 1881, Ramiz Galvão levanta a hipótese de ter sido Joaquim Teixeira de Macedo o verdadeiro tradutor, porém, acrescentando ao seu nome uma interrogação, a traduzir a dúvida que ainda pairava em seu espírito. Sacramento Blake, em seu **Dicionário Bibliográfico**, de 1898, no verbete dedicado a Joaquim Teixeira de Macedo, enumerando suas obras, inclui a tradução do livro de Armitage,

sem qualquer observação que pudesse significar dúvida. Diversos outros comentaristas inclinaram-se também o favor de Macedo. Embora possam persistir dúvidas, o que interessa é que se trata de uma tradução bem feita, literariamente correta, a revelar, da parte de quem a fez, conhecimento não só da língua inglesa, mas também da História do Brasil.

Seria interessante indagar até que ponto a colaboração de Evaristo da Veiga é patente no livro do autor inglês. Machado de Oliveira refere-se à “homogeneidade de idéias e pensamentos” entre a “História” e o jornal de Evaristo, que ele próprio explica pela contemporaneidade das duas publicações e afinidade espiritual dos autores. É ainda o historiador paulista quem narra as reuniões em casa do jornalista, às quais sempre comparecia Armitage, sempre a tomar notas, sem que se suspeitasse para que fossem. Disso só se tomou conhecimento com o aparecimento do livro. A obra do historiador inglês é, assim, rica em citações e até transcrições integrais de documentos e tópicos do jornal de Evaristo. O próprio autor declara que o grande jornalista é o “herói” do segundo volume (é preciso ter em mente que na edição original o livro foi publicado em dois volumes), o que revela, de sua parte, um conhecimento da ação jornalística e política de Evaristo, que só uma grande e íntima ligação poderia dar. O diretor da “Aurora Fluminense” - está, de fato, demais presente no livro, mesmo quando seu nome não é mencionado. Aliás - repetimos - teria sido impossível a um estrangeiro, e mais ainda a um homem ligado a atividades mercantis, ter tão clara noção de quanto se passou no Brasil nos vinte anos, que é o período abarcado pelo livro, sem que alguém lhe desse ampla retaguarda, fornecendo-lhe informes e documentos, aos quais, ele próprio o confessa, pouca gente teria acesso. Foi esta inegável e imprescindível colaboração que, a princípio, fez muita gente ver no livro uma obra de Evaristo da Veiga.

É o próprio autor quem afirma que o amplo conhecimento que teve do país credenciou-o a escrever sobre fatos que testemunhou ou que eram recentes ao tempo de sua residência no Brasil. Teve oportunidade de travar relações com alguns dos mais eminentes vultos políticos do país; teve à sua disposição documentos e fontes de informação franqueadas a mui poucos; teve, também, ocasião de visitar o teatro da Guerra Cisplatina, tornando-se, assim, apto para apreciar, baseado em informação

própria, os costumes e o caráter dos rudes habitantes dessa região. E confiava no público para julgar se o autor soubera ou não tirar partido dessas vantagens. É o primeiro a admitir que sua condição de estrangeiro talvez lhe trouxesse obstáculos a penetrar plenamente no espírito do tema. Mas, por outro lado, admite que esta circunstância colocava-o a cavaleiro das situações, podendo julgar os fatos sem qualquer compromisso ou preconceito.

É válido observar que, ao contrário de tantos outros estrangeiros que escreveram sobre o Brasil, Armitage não ligou seu nome a um relato de viagem ou livro de impressões, mas a uma obra histórica de alto valor. O seu lugar é, de fato, na historiografia brasileira, onde figura com uma obra sem a qual não se poderá conhecer o Brasil de D. João VI e de D. Pedro I. E é ainda importante notar que seu livro foi logo reconhecido, freqüentemente utilizado e citado por quantos desde então escreveram sobre nossa história. Muitas de suas páginas, como o resumo da Constituição imperial e o perfil que traça de D. Pedro I, merecem figurar em textuários, tão antológicas se nos afigura. Eis porque escolhemos o texto sobre a Constituição para “Seleta” que acompanha esta nota.

*

Referências bibliográficas das edições da obra de Armitage

Edição original:

The History of Brazil from the period of the arrival of the Bragança Family in 1808 to the abdication of Don Pedro The First in 1831. Compiled from State Documents and other Original Sources, forming a combination to Southey's history of that country, London, 1836. 2 volumes.

Edições brasileiras

História do Brasil, desde a chegada do Real Família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I em 1831. Traduzida do inglês por hum brasileiro. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve & Comp. 1837. VII+322p.

História do Brasil, ed, S/D e S/E. Com anotações de Eugênio Egas. (São Paulo, 1914). 320p.

História do Brasil, desde o período da chegada da família de Bragança em 1808 até a abdicação de D. Pedro I em 1831. Compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil Southey. Terceira edição brasileira com anotações de Eugênio Egas e Garcia Júnior. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1943. 390p.

História do Brasil, desde o período da chegada da família de Bragança em 1808 até a abdicação de D. Pedro I em 1831. Compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil de Southey. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1965. 390p.

História do Brasil, desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais, formando uma continuação da História do Brasil, de Southey. Notas e prefácio de Eugênio Egas. São Paulo, Martins, 1972. Edição realizada como contribuição do Banco Nacional de Minas Gerais às comemorações do sesquicentenário da independência do Brasil.

História do Brasil, desde a chegada da Real Família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831. Introdução de Odilon Nogueira de Matos; notas de Brasil Bandecchi e Maria Thereza Schorer Petrone; 6ª edição. São Paulo, Melhoramentos, em convênio com o Instituto Nacional do Livro, 1977. 227. Coleção "Memória Brasileira".

História do Brasil, desde o período da chegada da Família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais, formando uma continuação da História do Brasil, de Southey. Pref. Eugênio Egas. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1981. 314p Coleção "Reconquista do Brasil", nova série, vol. 45.